

Presidente prevê um ano de guerra para deter a crise

Ele diz que situação começará a dar sinais de melhora no final de março

Ele acredita que os brasileiros ajudarão a manter a estabilidade

O presidente Fernando Henrique Cardoso prevê que 1999 será um ano de guerra - "mas uma guerra com perspectivas" - em que os primeiros sinais de melhora da situação econômica começarão a aparecer no fim de março e começo de abril, quando o País passará a consumir e a exportar sua safra recorde de grãos, que pelas expectativas do Ministério da Agricultura deve chegar a 83 milhões de toneladas. O desafio, diz, é controlar a inflação. Mas observa: passado esse período de turbulência, as taxas inflacionárias voltarão a patamares bem inferiores - tanto que o FMI projeta para o ano que vem inflação de 5%.

Bem mais sereno do que nas últimas semanas, porque já vê essas perspectivas mais positivas no cenário econômico - porém cansado -, o Presidente disse ao **Jornal de Brasília** que nesta crise foi possível constatar que o brasileiro não só aprendeu depressa o que é o real, a economia estável, mas aprendeu também a defender a estabilidade. "Este é um sinal extremamente positivo: o brasileiro reage aos aumentos abusivos e simplesmente não compra", disse. Para ele, constatar este aprendizado do brasileiro chega a ser gratificante.

"Essa reação do brasileiro é o antídoto da inflação", afirmou o presidente Fernando Henrique, para quem as nuvens escuras das últimas semanas estão passando. "Até abril, o tempo estará assim meio nebuloso, mas com possibilidade de aterrissagem", disse.

Desafios

Falando da situação econômica com a fluência e segurança de quem já foi ministro da Fazenda, Fernando Henrique é didático ao mostrar os desafios da economia brasileira. Do lado interno, segundo o Presidente, os desafios são o de fazer um rigoroso ajuste fiscal e o de controlar a inflação.

Esse ajuste fiscal será feito basicamente com cortes no orçamento e a adoção de um novo cronograma para a execução de obras públicas. Em lugar de

paralisar todas as obras, o Governo optará por reduzir o ritmo delas. Segundo o Presidente, não será preciso demitir funcionários federais - mas a expectativa é de que haja o enxugamento das despesas públicas nos Estados e municípios, provavelmente com a demissão de funcionários, que contribuem para aumentar o déficit público.

O Governo criará o fundo de aposentadoria para seus funcionários - a exemplo do que os Estados já estão fazendo. A mensagem do Executivo será enviada ao Congresso em março. "Essa providência não produz resultados fiscais imediatos, mas limpa o horizonte e a expectativa é a de que no médio prazo o cenário fique mais esperançoso", disse.

Na avaliação levada pelos economistas ao presidente Fernando Henrique, a inflação poderá dar um salto em fevereiro e março, mas estabilizar em seguida. O Presidente cita como exemplo mais preciso o caso do pão, que teve o preço reajustado em função do preço do trigo que é importado. "O preço do pão subiu por causa do trigo que é importado, mas isso só pode acontecer uma vez e não pode repetir todo mês", advertiu.

Nesse aspecto, disse o Presidente, os ministros deverão falar mais para explicar à população quais os produtos que poderão ter preços reajustados porque têm componentes importados, portanto ligados ao dólar, e aqueles que a população não deve admitir aumento de preços. "O brasileiro aprendeu a defender a estabilidade", reafirmou.

Exportações

Do ponto de vista externo, o Brasil precisa obter superávit na balança comercial - o que será possível alcançar, segundo cálculos da equipe econômica, no prazo de três meses, com o aumento das exportações, o que, aliás, já começou a acontecer. Ao mesmo tempo, é preciso reduzir os gastos com viagens de brasileiros ao exterior, o que também está acontecendo em função do aumento do preço do dólar.

"Até o fim do ano teremos sinais positivos do lado externo", afirmou o presidente Fernando Henrique. Os números que lhe são apresentados pela equipe econômica indicam a expectativa de superávit da balança comercial equivalente a US\$ 5 bilhões. Isso reduz sensivelmente a necessidade de financiamento externo, uma vez que o Brasil só pode contar com recursos para investimento direto ou o que seja excedente na balança comercial.

CRISTIANA LÔBO

Repórter do Jornal de Brasília